

Funaro rejeita choque e já admite crescer menos

12 MAR 1986

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, reafirmou ontem que a recessão não será o caminho que o governo Sarney perseguirá para ajustar a economia e criar condições adequadas para o pagamento da dívida externa, conforme defendem os credores internacionais. Ele previu, entretanto, um crescimento moderado da economia, este ano, ao contrário do que ocorreu no ano passado, mas sem a necessidade de adoção de um choque capaz de reduzir drasticamente a inflação nos moldes do Plano Cruzado, que congelou preços e salários em 28 de fevereiro de 1986.

Segundo Funaro, as informações sobre a iminência de adoção de novo choque nos preços e salários tem sido a principal responsável pela instabilidade do processo inflacionário. Elas, ressaltou, criam condições para a proliferação das especulações, quando, na prática, já está se verificando o contrário. Lembrou que já se verifica uma tendência de estabilização do processo inflacionário e previu que em fevereiro a inflação deverá registrar um nível menor do que o registrado em janeiro, de 16,8 por cento. Segundo ele, a tendência declinante do processo inflacionário deverá prosseguir, razão pela qual, enfatizou, "não estamos pensando nisto (choque) de jeito nenhum".

A recessão e o choque econômico para derrubar drasticamente a inflação

estão descartados, assegurou, porém o Governo adotará uma política de austeridade no plano interno, como já vem se verificando. A intervenção nos bancos estaduais, a determinação presidencial para conter os gastos públicos e a redução dos subsídios e incentivos fiscais são medidas nesse sentido.

Respondendo indiretamente aos governos dos países credores e ao presidente do Banco Mundial de que o Brasil não tem um programa de governo, como demonstra a perigosa oscilação do processo inflacionário, Funaro ressaltou

que quando o Governo tomou a decisão de realinhar os preços a partir da adoção do Cruzado 2 sabia perfeitamente que haveria pressões inflacionárias. "A inflação, no momento vive um processo de transição. Inicialmente, ela veio muito alta, passando dos 3 por cento em novembro para 7 por cento em dezembro e 16,8 por cento em janeiro. Isso estava previsto, só os aumentos de leite e ônibus representaram um aumento de 7 por cento", exemplificou. "As medidas monetárias e fiscais adotadas paralelamente, também, foram calculadas, mas não serão eternas e sim de transição".

O ministro previu que o processo de transição com inflação alta deverá durar de 60 a 90 dias — "estamos aguardando esse processo, que ele seja o mais rápido possível para o povo brasileiro. Está difícil, é um momento em que realmente precisa haver compreensão, mas tem que ser superado. Funaro não fez nenhum comentário sobre o plano econômico de austeridade elaborado pelo ministro do Planejamento, João Sayad, que prevê novas regras para os reajustes de preços e salários.

Para poder pagar a dívida externa o Governo, segundo o ministro Dilson Funaro, precisa negociar com os credores novos mecanismos de relacionamento, principalmente no sentido de reduzir as transferências de recursos.

Crédito rural terá opções

A diretoria do Banco Central decidiu ontem submeter à apreciação do Conselho Monetário Nacional (CMN), no próximo dia 19, voto que eleva de 3 a 10% para 203 a 215% ao ano os juros do crédito rural, com vigência retroativa ao último dia 1º até 31 de agosto próximo. O voto do Banco Central permite aos produtores rurais optarem, até o final de abril, pelos juros de 3 a 10%, porém, acrescidos da variação das Letras do Banco Central (LBC) ou do Índice dos Preços Recebidos pelos Agricultores (IPR).